

EUA mantêm ordem para prender Maluf

Acusado de lavar dinheiro, deputado havia entrado com recurso para anular processo

DE SÃO PAULO

A Justiça de Nova York rejeitou recurso extraordinário do deputado federal e ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf (PP-SP) para anular ação que decreta sua prisão e a de seu filho Flávio Maluf.

"O recurso extraordinário de proibição não está disponível para as partes, que afirmam que esta ação criminal viola seus direitos estatutários e constitucionais a um julgamento rápido", diz a decisão da corte.

A Justiça norte-americana pediu a prisão de Maluf e a de seu filho em 2007. Os dois foram acusados de usar uma agência do Safra National Bank em Nova York para lavar US\$ 11,7 milhões.

O dinheiro teria sido desviado da construção da avenida Jornalista Roberto Marinho quando Maluf era prefeito de São Paulo (1993-1996).

Além do mandado de prisão, a Promotoria de Nova York também incluiu o nome de Maluf e do filho na lista de procurados da Interpol.

Como o Brasil não extradita seus próprios cidadãos, os dois teriam que deixar o país voluntariamente para cumprir o mandado de prisão.

Procurada, a assessoria do ex-prefeito disse apenas que ele vai apelar da decisão da corte americana. O deputado federal sempre negou ter contas bancárias no exterior.

DESVIO

Maluf também foi condenado na ilha de Jersey --para onde o dinheiro seguiu de Nova York-- pelo desvio.

Na ilha britânica, uma sentença de 2012 determinou que empresas da família Maluf com sede em Jersey devolvessem R\$ 60 milhões aos cofres paulistanos.

Em fevereiro deste ano, o Deutsche Bank, que administrava as contas de Maluf em Jersey, fechou um acordo com a Prefeitura de São Paulo.

A instituição concordou em pagar uma indenização de US\$ 20 milhões (R\$ 47 milhões) em troca da garantia de que não será processada pelo caso.